

# SIN **f** ESPECIAL **forme**

## A SUA INFORMAÇÃO

Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina - Ano XX - nº 148 - Janeiro de 2018

## SINJUSC convoca trabalhadores para luta contra a reforma da previdência



O SINJUSC convoca os colegas de luta para jornada de resistência em Florianópolis, no dia 19 de fevereiro, em defesa da Previdência. A partir das 9h, na sede do Sindicato, haverá debate sobre a reforma e os prejuízos aos trabalhadores públicos e privados. Na parte da tarde, a partir das 14h, a agenda segue com manifestações no centro da Capital, junto com outras categorias. O SINJUSC viabilizará a estadia e o transporte

aos colegas filiados participantes da jornada. Interessados devem enviar nome completo, matrícula e nome da comarca para o e-mail [sinjusc@sinjusc.org.br](mailto:sinjusc@sinjusc.org.br).

Também serão enviados às comarcas materiais de divulgação (cartazes para fixação nos locais de trabalho e botons). Converse com seu delegado sindical e saiba como se unir a esta luta.

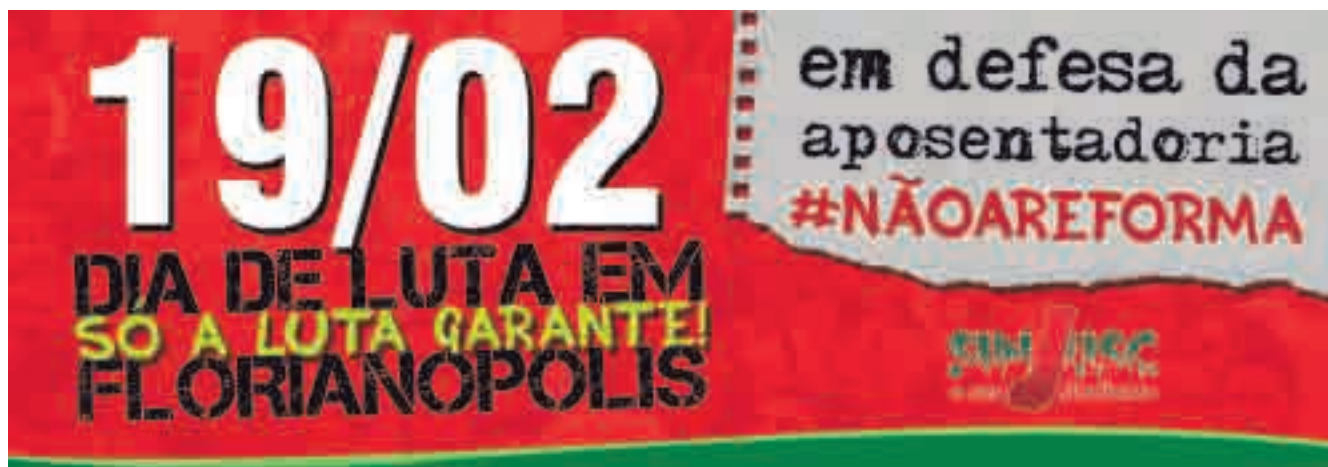
Se a reforma passar, o trabalhador do Judiciário vai:

- Se aposentar com 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres),
- Precisar contribuir 25 anos, no mínimo, sendo 10 anos no serviço público e cinco no cargo em que for concedida a aposentadoria,
- Receber pensão por morte caso a soma das duas aposentadorias não ultrapasse

dois salários mínimos,

- Receber no máximo R\$ 5.645,80, que é o teto do Regime Geral da Previdência Social,
- Ter que contribuir por 40 anos, no mínimo, para receber o benefício integral, mas esse valor não excederá o teto,
- Precisar de uma previdência complementar para agregar a perda salarial sofrida com a imposição do teto da previdência.

O projeto que muda as regras de aposentadoria é uma “deforma”, que aniquila, mais uma vez, os direitos dos trabalhadores. Ela vem pra segregar ainda mais as categorias, pois não acaba com privilégios de quem realmente os têm, mas sim aprofundará a desigualdade no País. Só a luta garante!



SINJUSC Sindicato



Sinjusc



sinjusc.sc



SINJUSC Santa Catarina

# Para não trabalhar até morrer, lute agora contra a reforma da Previdência!



A reforma da Previdência do governo Temer é uma medida contra o povo, especialmente contra aqueles 99% da população que não detêm a maior parte da riqueza. Obviamente, aquele 1% sequer sabe o que é aposentadoria. Não faz qualquer diferença. Para este pequeno grupo de ricos, a aposentadoria nunca será pública. Para todos os demais a aposentadoria faz parte de um projeto de vida.

Além dos super-ricos, o presidente Temer também não está preocupado. Ele se aposentou aos 55 anos de idade e recebe R\$ 45 mil mensais. A campanha que está em circulação está baseada num estudo encomendado pelo próprio governo ao Banco Mundial. As palavras

privilégios e privilegiados são repisados a todo momento para colar este rótulo em todos nós. Inclusive, nos últimos tempos, Temer tem apelado para programas de auditório como Silvio Santos e Ratinho para convencer a população.

Cabe a todos nós desconstruir esta mentira. Não somos privilegiados. Sentimos na pele todos os dias a falta de privilégios, com falta de estrutura no ambiente de trabalho e renumeração muito abaixo das responsabilidades e atividades desempenhadas.

Entre outras coisas, não possuímos fundo de garantia (FGTS) para sacar; não possuímos tabela progressiva ou teto de contribuição e, hoje, o trabalhador público estadual é descontado em 14% para o IPREV.

A população entendeu que esta reforma é um engodo. Já perdemos muito ao não despertarmos a tempo de rejeitar as reformas que congelou investimentos federais, e por cascata, dos Estados e Mu-



nicipios por pelo menos 20 anos (PEC 55), que acabou com a CLT, reduzindo garantias aos trabalhadores, e também na aprovação lei da terceirização.

Agora, as pessoas estão entendendo que esta reforma retirará a possibilidade de aproveitar o pouco que resta da vida para fazer coisas que o trabalho impediu de serem feitas. Não queremos trabalhar até morrer.



## Magistrado de SC é contra a reforma: “Isso não estava na proposta de governo que elegeu a chapa Dilma-Temer”

Um magistrado e escritor, um advogado, e três trabalhadores públicos manifestaram-se contra o texto da reforma da Previdência que o governo de Michel Temer pretende ver aprovado pelo Congresso Nacional ainda em fevereiro.

O juiz e escritor João Marcos Buch afirma que as mudanças propostas pelo governo não passaram pelo julgamento das urnas. Diz que o projeto implementado após o deslocamento da presidenta Dilma Rousseff e com a posse de Temer não foi apresentado aos

brasileiros. Nenhum candidato à presidência elencou as reformas trabalhista e previdenciária, e a Lei do Teto, que limita investimentos públicos. Também nenhum candidato disse que privatizaria o pré-sal e o sistema Eletrobras.

Titular da Vara de Execuções Penais de Joinville, Norte de Santa Catarina, João Marcos Buch integra a Associação Juizes para a Democracia (AJD), organização não governamental fundada em 13 de maio de 1991, na Faculdade de Direito da USP, por um grupo de juizes, com o objetivo de de-

mocratizar o Poder Judiciário no país. Entre as causas defendidas estão as cotas raciais nos concursos para juiz e mudanças nos critérios para promoção de juizes e na escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal. É autor de O Novo Regime da Prisão Cautelar a Partir da Lei n.12.403/2011; Execução Penal e Dignidade da Pessoa Humana; Encontre-me no Café em Paris (romance); Crônicas Relatos Vivências; Diário de Bordo de um Juiz das Causas Humanas; Retroceder Jamais e do Juiz de Si Juiz do Mundo: a esperança persiste.

## Todos contra a reforma. Um dos motivos é a maldade do governo contra os mais pobres e velhos

Thiago Martinelli Veiga é presidente da Comissão de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina; Valfrida Oliveira, diretora do SINJUSC e secretária da Mulher Trabalhadora da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); José Roberto Pereira, de Curitiba, trabalhador do Poder Judiciário do Paraná e coordenador da Federação dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados (Fenajud); a psicóloga Ana Luiza de Souza Castro mora em

Porto Alegre, RS, trabalha no Poder Judiciário do Rio Grande do Sul e é coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Todos são contra a Reforma da Previdência. Os motivos podem variar um pouco, mas, no geral, é pela percepção de que se trata de uma maldade do governo Temer contra aqueles que mais precisam e no momento da vida que estas pessoas mais sofrem. Junte-se a isso o ataque governista e de seus aliados

contra os trabalhadores do serviço público, ao colocar e difundir pelos meios de comunicação, com dinheiro público, o estigma de privilegiados. Talvez o presidente fale por si, já que tem uma aposentadoria de R\$ 45 mil mensais. Ele se aposentou aos 55 anos de idade. De lá até agora, ele já recebeu, de aposentadoria, R\$ 990 mil, em valores atualizados. Em contrapartida, a média do salário do serviço público no Brasil, incluindo magistrados e promotores, é de R\$ 3.666,66.

## SINJUSC na resistência contra a proposta e na defesa dos trabalhadores públicos: não somos privilegiados

Em 2017 o SINJUSC promoveu vários atos contra as medidas tomadas que tiram direitos de trabalhadores. Em 2018 reafirmamos este compromisso.

Além de lutar contra a aprovação da reforma, o Sindicato denuncia o ataque do governo Temer contra os trabalhadores do serviço público. Como os governistas não tem mais argumento para mexer na Previdência depois do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, acusam os trabalhadores públicos de provocar um rombo nas contas e de que são “privilegiados”. O governo, no fundo, desejaria que todos os trabalhadores públicos recebessem um salário mínimo (pouco mais de

R\$ 900,00) e, caso conseguissem, se aposentassem com esse valor.

No final de 2017, a mobilização dos trabalhadores adiou a votação do texto da reforma da Previdência para este ano. É preciso seguir adiante e mostrar a todos e todas as mentiras do atual governo, sobre o déficit do sistema e especialmente a acusação de que os trabalhadores públicos são privilegiados. O texto da reforma da Previdência, conforme o governo e a presidência da Câmara dos Deputados Federais, deve ir a votação dia 19 de fevereiro.

Para ampliar cada vez mais a mobilização e pressionar a base governista, movimentos sociais e sindicatos definiram uma agenda de

atividades, que pode ter como ponto alto a convocação de uma greve geral (Reforma da Previdência - se botar pra votar, o Brasil vai parar é o mote das centrais sindicais).

O SINJUSC convida todos os trabalhadores do Poder Judiciário de Santa Catarina para que acompanhem e busquem informações sobre o que é a reforma de Temer para a Previdência, data de mobilizações e votação, e efeitos danosos para os trabalhadores públicos. É muito importante a participação nos atos, manifestações, paralisações e greves para demonstrar oposição à proposta do governo e barrar sua aprovação pelos parlamentares em Brasília.

## Projeções oficiais de déficit que acusam trabalhador público são uma fraude

Paulo Kliass, doutor em Economia pela Universidade de Paris 10 e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, derruba as alegações de que os trabalhadores públicos são os responsáveis pelo alegado déficit da Previdência. Veja o que ele diz num trecho do seu artigo Previdência: o governo entre desespero e cafajestice:

“Há um bom tempo os novos servidores públicos estão equiparados às condições do regime do INSS. Existe um teto de pagamento de benefícios por parte da União e o restante do benefício será complementado pela previdência complementar, na forma de um fundo de pensão. Exatamente por isso, as projeções ofi-

ciais para o quadro de despesas futuras são uma fraude. Elas não levam em conta essa mudança importante na composição das gerações de servidores das próximas décadas. Mas pouco importa coerência e honestidade na manipulação dos dados. O que se busca é enganar e convencer a qualquer custo”.

# CPI desmonta teses do governo. Mas a mídia esconde a notícia e ainda reforça discurso de uma “previdência quebrada”



Caso você não seja um ativista, uma daquelas pessoas que participa regularmente de debates, acompanha noticiários pela internet, jornal, TV e rádio, não tem círculo de debates sobre questões sociais de grande impacto coletivo, tem grande chance de nunca ter ouvido falar sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência do Senado. A CPI foi solicitada diante das alegações do governo Temer de que a Previdência precisa ser reformada porque é deficitária. Ao longo de 2017, a CPI realizou 31 audiências públicas, ouviu mais de 140 pessoas – representantes de órgãos governamentais, sindicatos, associações, empresas e membros do Ministério Público e da Justiça do Trabalho, deputados, auditores, especialistas e professores. O relatório final, do senador Hélio José (Pros-DF), foi aprovado por unanimidade em 25 de outubro. Nem durante os seis meses em que trabalhou, e muito menos na votação, ou depois de aprovados os encaminhamentos, a CPI ocupou espaço de destaque na mídia tradicional. O resultado foi completamente ignorado pelas cinco maiores emissoras de TV do País. Esses canais, verdadeiros latifúndios familiares intocáveis, exploram a informação como um partido político: dependendo do seu interesse, divulgam, ou divulgam um pouco, ou deixam de dizer, que no

caso é o mesmo que esconder. O relatório da CPI do Senado não disse nada de novo desde que Temer desalojou Dilma Rousseff da presidência da República e passou a defender e colocar em pauta, com modificações importantes na legislação, o Estado mínimo, contra os trabalhadores em geral e contra os trabalhadores públicos, especificamente. Para Temer e seu governo, todos os que estão no serviço público são ‘privilegiados’ e se aposentam com altos salários.

O relatório aponta erros na proposta de reforma do governo, sugere emendas à Constituição e projetos de lei, além de indicar providências a serem tomadas para o equilíbrio do sistema previdenciário brasileiro, como mecanismos de combate às fraudes, mais rigor na cobrança dos grandes devedores e o fim do desvio de recursos para outros setores.

Segundo o relatório da CPI, as empresas privadas devem R\$ 450 bilhões à previdência e, para piorar a situação, conforme a Procuradoria da Fazenda Nacional, somente R\$ 175 bilhões correspondem a débitos recuperáveis. Uma das propostas do relatório é aumentar para R\$ 9.370,00 o teto dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que atualmente é de R\$ 5.531,31.

O relatório da CPI também encaminhou Proposta de Emenda Constitucional que consolida a competência material da Justiça do Trabalho para a execução das contribuições previdenciárias não recolhidas no curso do vínculo empregatício apenas reconhecido na sentença;

— PEC para recriar o Conselho Nacional de Seguridade Social - que participará da formulação

e fiscalização da proposta orçamentária da Seguridade - e determinar a não aplicação da Desvinculação das Receitas da União (DRU) nas receitas da seguridade social;

— Projeto de Lei do Senado (PLS) que permite a flutuação da alíquota de contribuição das empresas: essa alíquota poderá aumentar em um ponto percentual sempre que a empresa reduzir em 5% ou mais seu quadro de pessoal; ou a alíquota poderá ser reduzida sempre que a empresa aumentar em 5% ou mais seu quadro de pessoal;

— PEC que impede a incidência da DRU (Desvinculação de Receitas da União) sobre as fontes de financiamento da Seguridade Social, como as contribuições sociais incidentes sobre a receita ou o faturamento, sobre a receita de concursos de prognósticos e sobre a receita do importador de bens ou serviços do exterior

— PLS que retira do ordenamento jurídico brasileiro a possibilidade de extinção de punibilidade para os crimes contra a ordem tributária, que atualmente ocorre com o pagamento do tributo devido;

— PEC que aumenta para R\$ 9.370,00 o teto do valor dos benefícios do RGPS, com ajustes que preservem seu valor real, “atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral da Previdência Social”.



EXPEDIENTE

**SINforme**  
A SUA INFORMAÇÃO

Órgão Informativo do Sindicato dos  
Trabalhadores do Poder Judiciário do  
Estado de Santa Catarina  
Jornalistas Responsáveis:  
Alana Pastorini (MTB 0072648/SP)  
Christian Vinicius (SC 00182/JP)  
Rubens Lunge (MTB 5567/RS)

**SINJUSC**  
o seu sindicato  
sinjusc.org.br

Av. Mauro Ramos 448 - Centro  
CEP: 88020-300  
Florianópolis - Santa Catarina  
Fones: 0800 701 1690 - (48) 3224-7526 |  
8079 | 3566 | 3832  
e-mail: sinjusc@sinjusc.org.br  
Site: www.sinjusc.org.br  
Diagramação e Impressão:  
Florigraf - (48) 3039-6900